

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL



**PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
DE PORTO NACIONAL**

CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Maio - 2005

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Marcelo de Carvalho Miranda - Governador
Raimundo Nonato Pires dos Santos – Vice-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Lívio William Reis de Carvalho – Secretário
Nilton Claro Costa - Subsecretário

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Belizário Franco Neto - Diretor

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Humberto de Campos - Naturatins
Rosângela A. F. Benvindo – Seplan

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Paulo Sardinha Mourão

COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL

Coordenação

José Roque Rodrigues Santiago – Secretário Executivo Municipal de Orçamento Participativo

Edgar Mascarenhas Tavares – Vice-Prefeito

Joaquim Medrado de Sousa – Secretário Executivo Municipal de Produção Urbana e Emprego

Membros da Comissão

Representantes de:

- Poder Legislativo
- Fórum
- SEBRAE
- Fundação cultural do Estado do Tocantins
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Porto Nacional
- Universidade Federal do Tocantins – Campus de Porto Nacional
- COMSAÚDE
- Associação dos Evangélicos de Porto Nacional
- Diocese de Porto Nacional
- Secretaria Executiva de Habitação

- Secretaria Executiva de Obras Públicas
- Secretaria Executiva de Turismo
- Secretaria Executiva de Cultura

ELABORAÇÃO:

ca & co – camargo & cordeiro consultores associados s/s ltda.

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Alberto Cordeiro – Planejamento e Gestão Urbana

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro – Planejamento Estratégico e Urbano

EQUIPE TÉCNICA

Ademilton Pereira Lima	Aspectos socioeconômicos
Ana Carolina Coimbra	Aspectos físico-ambientais
Cláudia Martins Dutra	Aspectos jurídicos e institucionais
Gunter Kohlsdorf Spiller	Aspectos urbanísticos e ambientais
José Leme Galvão Júnior	Patrimônio histórico-cultural
Maurício Rafael Petrillo	Digitalização
Yara Camargo Cordeiro	Programação visual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	5
3. CENÁRIOS ALTERNATIVOS PARA PORTO NACIONAL	10
3.1 Cenário Tendencial – de Acomodação	11
3.2. Cenário de Expansão Agrícola e Educacional	13
3.3. Cenário de Regressão Econômico-social	16
3.4. Cenário de Diversificação Econômica e Valorização Cultural	17
3.5. Quadro Comparativo dos atributos dos diferentes cenários	20

1. INTRODUÇÃO

A formulação das propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional deverá ser feita a partir da seleção de um **Cenário Futuro**, desejável e possível, selecionado dentre os alternativos Cenários de Desenvolvimento construídos a partir da análise objetiva da situação atual e das tendências de desenvolvimento observadas.

2. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Os Cenários de desenvolvimento representam visões prospectivas de como o Município pode desenvolver-se e o cenário futuro selecionado define a situação desejada para o Município e seus núcleos urbanos e passa a ser a referência para a elaboração do objetivo, diretrizes, estratégias e ações do Plano Diretor.

Este futuro deverá ser:

desejável pelos diferentes atores envolvidos;

plausível, em função das condições atuais da realidade local e regional, das potencialidades e restrições identificadas, e de acordo com a disponibilidade de recursos existentes.

Assim, um Cenário bem construído, não só explicita como uma situação poderá ocorrer, mas identifica alternativas, a fim de se prevenir, evitar, minimizar, reorientar ou facilitar o processo em curso, em direção ao futuro pretendido.

Os Cenários devem possibilitar a construção de visões globais que contemplem os aspectos político-institucionais, econômicos, sociais, físico-ambientais, urbanísticos e institucionais do Município.

Os cenários de desenvolvimento para Porto Nacional apresentados neste documento são resultado das diversas reuniões com representantes do setor público, de diferentes segmentos da sociedade e com setores envolvidos com a problemática municipal, das análises e diagnósticos existentes, das oficinas de planejamento participativo e das entrevistas realizadas como mecanismos para se avaliar as principais tendências e os fatores externos ou locais que poderiam afetar o desenvolvimento do Município, suas vantagens comparativas e competitivas em relação aos Municípios da região e os principais riscos ao processo de desenvolvimento sustentável.

Para a construção destes Cenários foi feita a análise do Índice de Custo de Vida e do Índice de Desenvolvimento Humano de Porto Nacional – IDH-M, correspondente das últimas décadas (Tabelas 1 e 2)

Ambos os índices apresentaram uma melhora significativa no período analisado. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M cresceu de 0,321 em 1970, para 0,750, em 2000, colocando Porto Nacional em 5º lugar entre os 139 municípios do Tocantins.

Tabela 1 – Porto Nacional - índice de condição de vida - ICV

Ano	ICV	ICV Longevidade	ICV Educação	ICV Infância	ICV Renda	ICV Habitação
1970	0,369	0,551	0,310	0,422	0,402	0,261
1980	0,487	0,679	0,390	0,511	0,538	0,319
1991	0,616	0,744	0,557	0,640	0,668	0,470

Fonte: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Tabela 2 – Porto Nacional – índice de desenvolvimento humano - IDH

Ano	IDHM - L Longevidade	IDHM - E Educação	IDHM - R Renda	IDH - M
1970	0,415	0,394	0,153	0,321
1980	0,538	0,478	0,408	0,475
1991	0,644	0,639	0,659	0,647
2000	0,708	0,896	0,646	0,750

Fonte: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Comparativamente aos municípios da sua área de influência, Porto Nacional apresenta o 2º melhor resultado, suplantado apenas por Palmas (Tabela 3). A Educação deu a maior contribuição para este crescimento, seguida pela longevidade. Na relação dos municípios do Brasil, Porto Nacional situa-se na 1.864ª posição, com 1863 municípios (33,8%) em situação melhor e 3.643 (66,2%) em pior ou igual situação.

Tabela 3 – índice de desenvolvimento humano – IDH-M - 2000

Municípios	IDHM - E	IDHM - R	IDH - L	IDH - M	Classificação Estadual	Classificação Nacional
Brejinho de Nazaré	0,799	0,562	0,657	0,673	56º	
Fátima	0,861	0,605	0,628	0,659	30º	
Ipueiras	0,786	0,531	0,659	0,659	72º	
Monte do Carmo	0,765	0,533	0,627	0,642	86º	
Oliveira de Fátima	0,858	0,609	0,604	0,690	39º	
Palmas	0,934	0,754	0,712	0,800	1º	
Pindorama do Tocantins	0,815	0,505	0,655	0,658	73º	
Ponte Alta do Tocantins	0,790	0,567	0,668	0,675	50º	

Porto Nacional	0,896	0,646	0,708	0,750	5°	1.864°
Santa Rosa do Tocantins	0,784	0,517	0,656	0,652	79°	
Silvanópolis	0,821	0,552	0,627	0,667	65°	

Fonte: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

De acordo com os critérios de classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Porto Nacional, com o IDH-M de 0,750, está entre as regiões de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Como o IDH-M é um índice composto por vários elementos de natureza econômica e social,, possibilita uma avaliação satisfatória dos avanços do planejamento, devendo, portanto, servir de indicador para o monitoramento dos resultados da implementação das estratégias e ações constantes do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido, será fundamental a estruturação de um Sistema Municipal de Informações, para que se possa contar com método e critérios similares aos adotados pelo IDH-M, sugerindo-se que os indicadores municipais se refiram a intervalos menores do que o período decenal adotado pelo IDH-M, o que possibilitará a eventual correção de rumos e adoção de ajustes no processo de planejamento e de gestão municipal.

A construção dos Cenários de Desenvolvimento considerou, também, o intervalo de 10 anos previsto pelo Estatuto da Cidade para a revisão do Plano Diretor. Assim, mesmo com um monitoramento eficiente e avaliações sistemáticas, neste intervalo será necessário repensar de forma detalhada e coletiva os rumos do desenvolvimento municipal e urbano e redefinir objetivos, estratégias e ações para um novo horizonte, na continuidade do processo de planejamento e gestão.

Foram examinadas as tendências recentes de evolução econômica do Tocantins e da região de Porto Nacional, comparativamente com outras cidades de porte semelhante e as perspectivas para os próximos 10 a 15 anos, aproximando-as do horizonte temporal do Plano Diretor.

É clara a vocação agropecuária do Tocantins. Consolidada a agricultura comercial de grãos na região Centro-Oeste, maior produtor de soja do Brasil, a expansão da fronteira agrícola se deu para o norte e nordeste, neste caso alcançando os chapadões da Bahia e atingindo também o sul dos estados do Piauí e Maranhão. Estes dois estados são favorecidos pela proximidade do porto de Itaqui, por onde a soja é exportada.

Esta expansão deveu-se, também, aos bons resultados obtidos pela exportação de soja em alguns anos consecutivos, com bons preços internacionais e câmbio favorável (dólar acima de R\$ 3,00), situação desfavorável atualmente.

Neste processo de expansão, o Estado do Tocantins passa a ser alvo dos sojicultores do centro sul, principalmente devido aos baixos preços de suas terras. Apesar de não possuir porções de terras contínuas propícias para a plantação de grãos na extensão dos chapadões da Bahia, o Tocantins mantém ainda grandes extensões de terra não utilizadas ou ocupadas com pastagens degradadas e naturais. As áreas isoladas são responsáveis por 50% da produção de soja no Estado.

A expansão da soja no Estado tem seguido a lógica da busca de terras adequadas para o seu plantio e a proximidade de infra-estrutura econômica e de transportes, ou seja, ao longo dos eixos rodoviários de escoamento para o sul e para o norte: a TO - 050 e a Belém Brasília.

O Estado implantou dois projetos com o objetivo de fortalecer a criação de pólos da agricultura comercial: o PRODECER III em Pedro Afonso e o de Campos Lindos, que hoje detêm 19,5% da soja produzida no Tocantins.

A expansão da soja nos chapadões da Bahia estendeu-se pela chapada das Mangabeiras atingindo o sul do Piauí e leste do Tocantins, municípios de Mateiros e Dianópolis, respondendo por 8,2% da soja produzida no Estado.

As regiões de Gurupi e Paraíso do Tocantins, principalmente em razão da implantação dos projetos de irrigação do Formoso e Lagoa da Confusão, são responsáveis por 22,2% da soja produzida no território tocantinense.

A contribuição do Tocantins na produção nacional de grãos é ainda muito modesta. A produção de grãos do Tocantins está próxima à produção de um município goiano como Rio Verde ou Jataí, um pouco acima de 1.000.000 de toneladas. Destaca-se a produção de arroz que já supera o Estado de Goiás, representando 3,7% do total do país.

O Tocantins tem crescido e se destacado na produção de algumas frutas, como o abacaxi e a melancia, esta última nos projetos de irrigação do Formoso e Lagoa da Confusão. A região Norte é responsável por 21,6% da produção nacional de abacaxi e o Tocantins por 13% da produção regional. A região Norte produz 20,6% da melancia brasileira, dos quais 76,2% são do Tocantins.

O Estado possui 3,9% do rebanho bovino nacional e sua produção de grãos representa 1% da nacional. Da mesma forma, a agroindústria também é ainda muito incipiente, com destaque para as beneficiadoras e empacotadoras de arroz e os frigoríficos e curtumes na pecuária.

É neste contexto que se insere o município de Porto Nacional com a sua microrregião de influência. Ocupa modesto lugar na produção agropecuária do estado, que é pouco representativo na produção nacional.

A região de Porto Nacional apresenta resultados modestos para a produção de grãos (Tabela 4), correspondendo a apenas 11,83% da produção tocantinense de soja, a 13,34 da de arroz e a 15,95 da de milho.

Tabela 4 - Produção de Soja, Arroz e Milho em Toneladas – 2003

Área Geográfica	Soja	%*	Arroz	%*	Milho	%*
Brasil	51.919.440		3.180.859		48.327.323	
Região Norte	552.496	1,06	554.596	17,43	964.373	1,99
Tocantins	377.638	68,35	140.025**	25,24	140.757	14,59
Região de Porto Nacional e Natividade	44.695	11,83	18.680	13,34	22.460	15,95

Fonte: IBGE PAM – Produção Agrícola Municipal/SEPLAN-DPI

*Município/Estado; Estado/Região; Região/Brasil

**4,4% do Brasil

Na fruticultura a região de Porto Nacional novamente contribui modestamente. Apenas 0,13 da melancia tocantinense é produzida nesta região (Tabela 5)

Tabela 5 - Produção de Frutas em Toneladas – 2003

Área Geográfica	Abacaxi	%*	Melancia	%*
Brasil	1.440.137		1.905.801	
Região Norte	312.038	21,66	393.349	20,63
Tocantins	40.748	13,05	299.868	76,23
Região de Porto Nacional e Natividade	6.200	15,21	400	0,13

Fonte: IBGE PAM – Produção Agrícola Municipal/SEPLAN-DPI

*Município/Estado; Estado/Região; Região/Brasil

A contribuição do rebanho bovino da região de Porto Nacional para o total do Estado é de 6,5% (Tabela 6).

Tabela 6 - Rebanho Bovino - 2003

Área Geográfica	Cabeças	%*
Brasil	195.551.576	
Região Norte	33.929.590	17,3%
Tocantins	7.659.743**	22,5%
Região de Porto Nacional	496.550	6,5%

Fonte: IBGE PAM – Produção Agrícola Municipal/SEPLAN-DPI

*Município/Estado; Estado/Região; Região/Brasil

**3,9% do Brasil

Porto Nacional é a 4ª cidade em tamanho de população e ocupa o 8º lugar na arrecadação de ICMS, 0,83% do total do Estado (Tabela 7). Na arrecadação de ICMS da agricultura o município ocupa a 19ª posição, 0,4% do total, e da pecuária a 15ª posição e 1,8% do total do Estado.

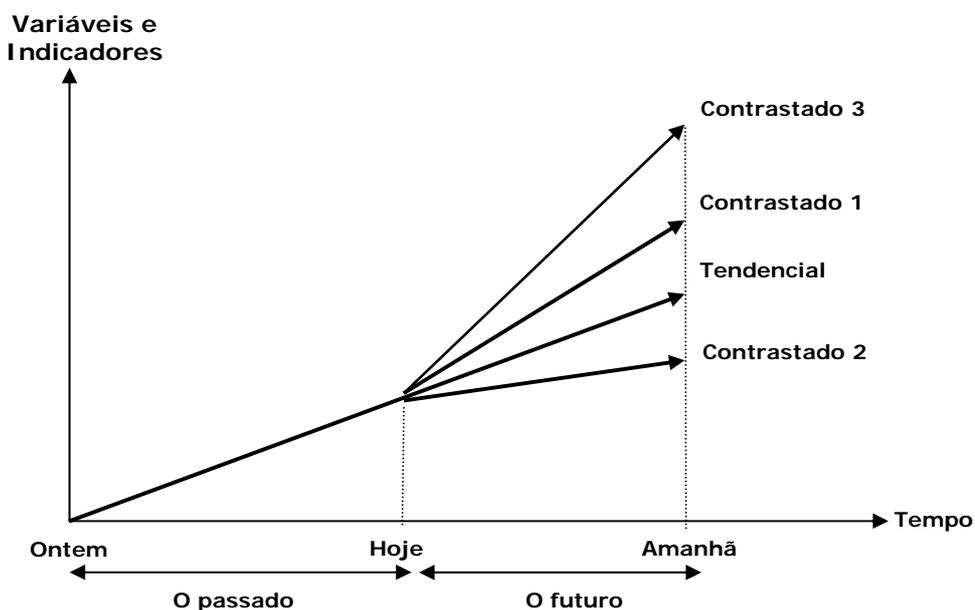
Tabela 7 - Os 10 Primeiros Municípios em Arrecadação de ICMS Total, Agricultura e Pecuária

Municípios	ICMS					
	Total	%	Agricultura	%	Pecuária	%
Total Estado	537.649.764		6.080.864	1,13	14.160.228	2,6
1-Palmas	34.223.958	6,37				
2-Gurupi	29.671.859	5,52			634.810	(4º) 4,48
3-Araguaína	27.377.184	5,09			302.963	(7º) 2,14
4-Paraíso	11.508.123	2,14			955.337	(2º) 6,75
5-Miracema	7.759.832	1,44				
6-Formoso	5.813.240	1,08	1.612.747	(1º) 26,52	1.699.835	(1º) 12,00
7-Colinas	5.729.577	1,07				
8-Porto Nacional	4.452.696	0,83				
9-Dianópolis	3.280.459	0,61	818.509	(3º) 13,46		
10-Talismã	2.686.654					
Lagoa da Confusão			1.359.895	(2º) 22,36	280.470	(10º) 1,98
Mateiros			582.455	(4º) 9,58		
Pedro Afonso			237.148	(5º) 3,90		
Santa Rosa			221.904	(6º) 3,65		
Cristalândia			209.275	(7º) 3,44		
Campos Lindos			137.792	(8º) 2,27		
Dueré			108.089	(9º) 1,78	511.877	(5º) 3,61
Pium			80.967	(10º) 1,33		
Araguaçu					731.200	(3º) 5,16
Figueirópolis					312.368	(6º) 2,21
Sandolândia					294.469	(8º) 2,08
Taguatinga					281.442	(9º) 1,99

3. CENARIOS ALTERNATIVOS PARA PORTO NACIONAL

Como resultado das diferentes combinações dos fatores e variáveis analisados e do contexto em que Porto Nacional está inserido, comparativamente a outras regiões do Tocantins, foi possível a construção de 4 **Cenários Alternativos**, a saber:

- ◆ **Cenário Tendencial** - denominado de Cenário de Acomodação, admite que as tendências atuais de desenvolvimento municipal e urbano continuarão existindo, sem correções efetivas quanto aos rumos desse desenvolvimento. A manutenção do atual modelo de desenvolvimento poderá levar ao agravamento dos problemas municipais, sem maior aproveitamento das potencialidades e oportunidades observadas;
- ◆ **Três Cenários Contrastados:** o de Expansão Agrícola e Educacional, o de Estagnação Econômico-Social e o de Diversificação Econômica e Valorização Cultural - qualitativamente distintos, partem do pressuposto de ocorrência de mudanças na evolução das tendências atuais. Representam situações diferentes, deixando evidente como a prática ou a falta de planejamento e de visão de longo prazo podem melhorar ou agravar, em maior ou menor medida, as tendências já identificadas, no Cenário Tendencial. Um desses cenários ou a combinação de atributos de mais de um deles ou, ainda, um novo cenário a ser definido coletivamente deverá ser tomado como o Cenário Futuro Desejado, e será adotado como de Referência para a formulação das propostas do Plano Diretor.



3.1 CENÁRIO TENDENCIAL – CENÁRIO DE ACOMODAÇÃO

No Cenário Tendencial, ou **CENÁRIO DE ACOMODAÇÃO**, são mantidas as tendências observadas no Município, que continua sob influência das atuais condicionantes externas, regionais, estaduais e nacionais. A capacidade de planejamento e de gestão do Poder Público Municipal e as possibilidades de intervenção da sociedade organizada continuam reduzidas. O quadro de progressiva perda de importância no cenário socioeconômico estadual, de deterioração ambiental, de perda da identidade cultural, de desordem urbana e de segregação sócio-espacial não se reverte.

Do ponto de vista econômico, o Município continua amplamente dependente dos recursos dos *royalties* provenientes da UHE e das transferências constitucionais de recursos; as atividades agropecuárias não incorporam tecnologia suficiente para torná-las competitivas, o turismo não se desenvolve satisfatoriamente, permanecendo restrito a alguns feriados prolongados, o parque agroindustrial não se consolida em função da existência de áreas com maior atratividade mais próximas de Palmas e os empreendimentos comerciais continuam de pequeno ou médio porte.

A construção civil continua muito apoiada na produção de habitações unifamiliares feitas com pouco ou nenhum cuidado em relação aos projetos ou aos processos e técnicas construtivas, dando um aspecto de conjuntos habitacionais de média ou baixa renda espalhados por toda a cidade. Deverá ocorrer uma descaracterização gradativa da área histórica, pela pouca valorização do patrimônio cultural.

Permanece a tendência de aumento dos cursos superiores, mesmo sem toda a estrutura necessária ao seu funcionamento, o que poderá influenciar os movimentos migratórios em busca de oportunidades de estudo, favorecendo a especulação imobiliária e o surgimento de habitações coletivas de baixa qualidade e 'repúblicas', com padrão estético e construtivo nem sempre adequados.

Persiste o processo de ocupação irregular das áreas de preservação permanente, com conseqüente degradação ambiental, e a ocorrência de ocupação irregular do solo municipal, com parcelamentos irregulares do solo urbano, acentuadamente em Luzimangues, influenciado pela proximidade de Palmas. Cada vez mais este distrito deverá desvincular-se de Porto Nacional nos aspectos referentes a trabalho, estudo, consumo de bens e serviços, mas ampliará a demanda por infra-estrutura urbana e serviços públicos, uma vez que os parcelamentos não os oferecem aos compradores dos lotes.

O sistema viário continua desarticulado internamente e em relação às rodovias que cruzam a sede municipal, as sedes dos distritos e povoados. Persiste a situação precária

quanto à pavimentação das vias destinadas aos veículos e à circulação de pedestres e de portadores de necessidades especiais.

Constatam-se a baixa qualidade e a má conservação do mobiliário urbano, a utilização inadequada das vias destinadas aos pedestres, a ausência de qualquer tratamento paisagístico nos espaços públicos, a inexistência de ciclovias e de arborização adequada, a proliferação de quiosques e equipamentos flutuantes nas margens do lago, poluidores ambientais e visuais da sua orla

Permanecem, ou se agravam, a iluminação pública deficiente e a precariedade do saneamento básico, principalmente nos bairros periféricos.

Neste Cenário, verifica-se um possível aumento da migração, resultante da procura pelos cursos superiores, sem o correspondente incremento das oportunidades de trabalho ou da oferta dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, comunicações e segurança, com a qualidade desejada. Como consequência, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - tende a piorar.

3.2 CENÁRIO CONTRASTADO 1 - CENÁRIO DE EXPANSÃO AGRÍCOLA E EDUCACIONAL

Este cenário parte do pressuposto de que Porto Nacional apostará na produção de grãos, particularmente na expansão da soja em seu território e na transformação de sua sede municipal em um pólo de excelência em educação superior e de turismo.

Neste sentido, deverá avançar na mecanização agrícola e na busca de níveis tecnológicos que possibilitem alcançar produtividade crescente e competitividade no mercado. Entretanto, terá de enfrentar, pelo menos, dois desafios relevantes:

- ◆ A extensão e qualidade do solo das terras agricultáveis é inferior a de outras regiões do Tocantins, já bastante mais avançadas na produção de grãos;
- ◆ As oscilações cambiais, atualmente desfavoráveis para a exportação, arrefecem por algum tempo a investida da soja pelo território tocantinense;

Os pequenos produtores, pela dimensão de suas terras e pela pouca possibilidade de acesso ao crédito, não terão grandes oportunidades de participar da opção de produção de grãos. Deverão desenvolver pequenas lavouras de subsistência e pouco excedente para comercialização. Poderão experimentar a criação de pequenos animais e a fruticultura, provavelmente sem muito sucesso uma vez que a opção preferencial do Município é a produção de grãos.

O eixo econômico mais dinâmico do estado permanece concentrado ao longo da BR-153, além de Palmas, com uma economia urbana mais fortalecida e drenando a maior parte da riqueza produzida nos pequenos municípios periféricos;

Em função de sua localização à margem da BR-153, Paraíso do Tocantins e Gurupi consolidam-se como centros urbanos de economia forte e dinâmica e ampliam suas funções de entreposto comercial, pólo agroindustrial, no seguimento da pecuária de corte e leiteira, e no de cerâmica.

Na margem direita do Tocantins, Taquaralto se consolida como centro de comércio, serviços e indústria de alcance regional, tirando de Porto Nacional a possibilidade de consolidar o seu Distrito Agroindustrial ou, pelo menos, tornando esta consolidação bastante menos provável.

Aguiarnópolis, Estreito e Porto Franco tornam-se pólos agroindustriais e armazenadores de grãos para a exportação de importância regional, por contarem com a ferrovia Norte-Sul. Se ela não chegar a ser implantada até Porto Nacional nos próximos 6 ou 8 anos, o Município não poderá assumir papel similar em relação ao leste e centro-sul do estado.

Os investimentos na área da educação superior levarão à abertura de novos cursos, mesmo antes que os atuais estejam consolidados e reconhecidos pelo MEC. Deverá ocorrer, em função disto, um movimento migratório de estudantes que movimentará durante algum tempo o mercado imobiliário, trazendo alguma dinâmica econômica à construção civil, ao comércio e aos serviços.

As avaliações periódicas destes cursos, realizadas com vistas a melhorar a qualidade do ensino superior no país, entretanto, poderão levar ao não reconhecimento de alguns deles, se as condições exigidas para o seu funcionamento não forem cumpridas. No limite, se persistirem as condições inadequadas para o funcionamento de alguns dos cursos, as avaliações poderão resultar no cancelamento da autorização para o seu funcionamento, gerando graves problemas para os alunos e uma regressão na economia local.

A proximidade de Palmas, que gradativamente vem assumindo reforçando a sua condição de centro de ensino superior no Estado, polarizando parte dos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Bahia, poderá resultar em perda da atratividade de Porto Nacional, principalmente pelo fato de se ter feito a opção por um centro de educação eclético, com cursos muito variados em diferentes áreas do conhecimento, sem uma definição clara de um eixo temático de excelência.

O lago da UHE Lajeado permanece por vários anos impróprio para a criação comercial de peixes em tanques redes, devido à qualidade da água, com a proliferação de plantas aquáticas "salvínias" e "macrófitas". Terão que ser buscadas outras alternativas para a piscicultura, com maior tempo de maturação dos projetos e apresentação dos resultados.

O turismo começa a se estruturar mais os investimentos ainda são pequenos e insuficientes para tornar esta atividade economicamente atraente nos próximos anos. Palmas, com melhor infra-estrutura urbana e maior atratividade para os empreendedores, representa forte concorrência para o aproveitamento turístico do lago. A expansão da área de plantio de grãos reduz parte das possibilidades do turismo de natureza.

Palmas mantém altas taxas de crescimento populacional, menores do que aquela verificada no período 1991-2000, 20,8%, mas muito acima da média estadual. O alto custo dos terrenos e a elitização do uso do solo urbano na área do projeto urbanístico original de Palmas induzem a ocupação de áreas fora da capital, ampliando os núcleos dormitórios e o movimento pendular de população entre a capital e áreas periféricas. Neste panorama, ocorre um adensamento da ocupação urbana em Luzimangues, avançando sobre a área rural que tenderá a diminuir.

A pouca capacidade de planejamento e gestão do Poder Público Municipal e as reduzidas possibilidades de intervenção da sociedade organizada, ainda que minorados, continuam existindo e o quadro de progressiva perda de importância no cenário político e econômico do Estado, de desorganização urbana e de segregação sócio-espacial não se reverte.

A receita municipal compõe-se dos recursos advindos dos *royalties* da UHE, das transferências constitucionais de recursos e de receita fiscal resultante do incremento da arrecadação municipal. A capacidade de planejamento e gestão da Administração Municipal apresenta alguma melhoria, insuficiente, contudo, para promover a integração desejável entre as suas diversas áreas.

O cuidado com as questões ambientais ganha importância e atenção, por parte do Poder Público, e a fiscalização melhora, mas ainda não abrange todo o território municipal. Existe a possibilidade de maior degradação ambiental resultante do desmatamento e da utilização de agrotóxicos na área rural, ainda que na área urbana possa ocorrer maior controle e fiscalização das ocupações irregulares das áreas de preservação permanente, bem como alguma recuperação ambiental de áreas atualmente degradadas.

Continua a segregação sócio-espacial marcadamente definida pelo anel viário. A regularização fundiária ainda será insuficiente para resolver todos os problemas de parcelamentos irregulares atualmente existentes.

O sistema viário urbano apresenta algumas melhorias quanto à hierarquização e sinalização mas a articulação viária entre os diversos loteamentos continua apresentando pontos de estrangulamento. A cidade continua com poucas praças e jardins públicos e arborização insuficiente.

Os problemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e de prestação dos serviços públicos são, em parte, solucionados, bem como a disposição final de lixo e a limpeza das vias públicas.

Deverá ocorrer algum crescimento populacional, particularmente motivado pelo afluxo de professores e estudantes.

Os serviços públicos de saúde, educação, transporte, comunicações e segurança apresentarão alguma melhora, mas ainda serão insuficientes para o atendimento, de qualidade, a toda a população, permanecendo mais precários nas áreas periféricas da sede municipal, nas sedes dos distritos e povoados.

A população continua dependente da Administração Municipal para a solução de seus problemas, o que demonstra uma participação ainda limitada no processo de gestão municipal.

Observa-se melhoria na capacidade técnica dos servidores municipais, na capacidade de arrecadação, no processo de fiscalização, mas há aumento das despesas públicas.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - deve se manter nos patamares atuais e a qualidade de vida apresentará ganhos para as partes centrais da cidade, permanecendo a clara distinção entre ela e as áreas periféricas, os distritos e povoados.

3.3 CENÁRIO CONTRASTADO 2 – ESTAGNAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

No Cenário Contrastado 2, o de **ESTAGNAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL**, recrudescem as tendências observadas no Município, sujeito às influências dos fatores externos estaduais e regionais, de perda de importância econômica e social observada a partir da construção de Palmas.

A capacidade de planejamento e de gestão do Poder Público Municipal continua incipiente e possibilidades de intervenção da sociedade organizada continuam bastante limitadas. Persistem a falta de integração entre as várias áreas da Administração Pública, a baixa capacidade da arrecadação local, de fiscalização e de capacitação profissional.

Aceleraram-se a progressiva deterioração ambiental, a queda do turismo e a segregação sócio-espacial.

De acordo com este cenário, Porto Nacional terá pela frente muito mais riscos que oportunidades para alavancar o seu desenvolvimento. A possibilidade de produção de grãos não se mostra viável ou competitiva, a fruticultura não consegue estruturar-se pela pouca disponibilidade de recursos para atender à exigência de alto nível tecnológico, a piscicultura não se viabiliza em função da eutrofização da água do lago.

As exigências para se conseguir a autorização e o reconhecimento dos cursos superiores dificultam a consolidação de Porto Nacional como pólo regional em educação, levando a população jovem a procurar oportunidades de estudo em Palmas.

O turismo de natureza começa a se estruturar, mas os investimentos ainda são pequenos e insuficientes para tornar esta atividade economicamente atrativa nos próximos anos. O turismo no lago e nas praias mostra-se pouco competitivo em relação a Palmas e a outras regiões do Estado.

A dinâmica socioeconômica de Palmas força o desenvolvimento de Luzimangues, que passa a demandar mais atenção e investimentos do Poder Público Municipal, sem o proporcional retorno em arrecadação, uma vez que Luzimangues passa a interagir muito mais efetivamente com Palmas que com a sede municipal. Esta demanda crescente por investimentos por parte de Luzimangues fará com que os recursos orçamentários do Município não sejam suficientes para atender a todas as necessidades dos povoados existentes, que continuarão apresentando condições de vida bem mais precárias que as da sede municipal.

Do ponto de vista econômico, o Município torna-se mais dependente da transferência dos recursos provenientes dos *royalties* da UHE e das transferências constitucionais.

A construção civil diminui, sem grandes investimentos em empreendimentos comerciais e turísticos, mesmo de pequeno ou médio porte. Os problemas fundiários e de ocupação irregular dos terrenos permanecem sem solução, com inevitável degradação ambiental.

A não valorização do patrimônio arquitetônico leva à progressiva degradação da área histórica.

A permanência dos grandes vazios urbanos leva à intensificação dos problemas de saneamento básico, de energia elétrica e iluminação pública e da prestação dos serviços públicos, principalmente nas áreas periféricas da sede municipal.

A falta de oportunidades de trabalho, ou de oferecimento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, comunicações e segurança com a qualidade desejada, resultará, como consequência, em piores resultados relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

3.4 CENÁRIO CONTRASTADO 3 – DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E VALORIZAÇÃO CULTURAL

O Cenário Contrastado 3, denominado de **CENÁRIO DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E VALORIZAÇÃO CULTURAL** adota, como hipótese viável, a alteração da matriz econômica do Município, pelo desenvolvimento de novas atividades produtivas, focalização dos investimentos na vocação e potencialidades do Município e redução da importância relativa da transferência dos *royalties* da UHE.

Considera essencial a utilização racional dos recursos e das oportunidades oferecidas pelo fator locacional e condições locais. Neste enfoque, a proximidade de Palmas passa a representar uma oportunidade para Porto Nacional, que poderá assumir o papel de pólo abastecedor do grande mercado consumidor da capital. Assim, a produção agrícola deve diversificar-se, com o fortalecimento da fruticultura, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo projeto estadual de desenvolvimento desta atividade e pela introdução da horticultura e da criação de pequenos animais para abastecimento regional.

Por este cenário, as pequenas propriedades deverão ser estimuladas à produção associativa, merecendo atenção quanto à orientação técnica, facilitação de acesso ao crédito e organização de arranjos produtivos que potencializem os resultados.

A piscicultura poderá ser desenvolvida por meio do aproveitamento do grande potencial hídrico da região, independentemente do prazo necessário à recuperação da qualidade da água do lago, que merecerá atenção especial.

Esta matriz agrícola possibilitará, ainda, a proteção ambiental, o desenvolvimento do turismo rural e a exploração dos recursos naturais como atrativos para o turismo de natureza.

O lago deve possibilitar, além das praias artificiais, atividades náuticas de esporte, de entretenimento e lazer para a população local e visitantes. Palmas poderá ser uma parceira para a estruturação de torneios esportivos e passeios pelo lago, com paradas em pontos curiosos para banho, refeição típica e visita à parte histórica de Porto Nacional. Estas novas atividades poderão ser desenvolvidas durante todo o ano, relativizando a importância da tradicional temporada de julho.

A tradição de pólo de cultura passa a ser mais valorizada e o reconhecimento da importância do conjunto arquitetônico original da cidade poderá levar a uma valorização da área histórica, que poderá provocar a revitalização e adequação do casario ali existente para novos usos culturais e turísticos.

Da mesma forma, os esforços para o desenvolvimento de um pólo educacional de excelência em Porto Nacional deverão levar em conta a vocação agropecuária regional, a enorme carência de técnicos de nível médio e de tecnólogos no Estado e no país e a proximidade de Palmas, compondo com ela uma relação de complementaridade. Assim, a implantação de novos cursos deverá ter um foco mais bem definido, elegendo-se algumas áreas do conhecimento para se buscar a excelência.

A existência da Escola Família Agrícola que adota o regime de integração escola-trabalho, levando os alunos a permanecerem parte do tempo em sala de aula, parte em prática no campo pode ser um embrião para um novo modelo educacional para o Município. A proximidade de Natividade onde funciona um Colégio Agropecuário poderá permitir a criação de um eixo educacional de preparação de técnicos agrícolas no nível médio e tecnológico, com excelentes oportunidades no mercado de trabalho e perfeitamente ajustados à vocação regional. Tal pólo poderá, com o tempo, evoluir para o ensino superior e o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas para as ciências agrárias, particularmente para as atividades produtivas da região.

Tal como as ciências agrárias, as áreas da educação e da saúde demandam enorme quantidade de técnicos de nível médio e superior para o atendimento de qualidade à população. A erradicação do analfabetismo, a melhoria do ensino fundamental, a capacitação profissional de nível médio e o serviço de atendimento comunitário de saúde demandam, em todo o país, a preparação de enormes contingentes de profissionais. Novamente, ao invés de concorrer, desfavoravelmente, com Palmas para a formação dos profissionais de nível superior, Porto Nacional pode trabalhar de forma

integrada e complementar, para tornar-se um centro de excelência na preparação dos profissionais de nível médio para comporem as equipes de educação e saúde demandadas pelo Estado e pelo País.

A melhor definição do foco para o desenvolvimento municipal levará a maior eficiência na aplicação dos recursos e à consolidação de uma vocação clara para o Município, o que facilitará a atração de novos investimentos.

Este cenário admite que a Ferrovia Norte-Sul poderá chegar a Porto Nacional no prazo de 8 a 10 anos, uma vez que está incluída entre as primeiras prioridades para o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas – PPP. Com isto, deverá ser implantado um pátio de carregamento no Município, próximo à Escola Brasil, o que deverá atrair empreendimentos como silos, armazéns e algumas agroindústrias para a região, gerando um novo centro econômico no Município.

A gestão urbana ganha eficiência e a participação popular se fortalece. A regularização fundiária avança satisfatoriamente e as questões ambientais ganham importância crescente. A implantação efetiva da APA do Lago viabiliza-se e valoriza-se a recuperação ambiental das áreas degradadas.

De acordo com este Cenário, a relação entre as partes centrais e as periféricas da sede municipal torna-se mais equilibrada, com o surgimento de novas centralidades nos bairros.

O sistema viário se estrutura melhor, com hierarquização e sinalização das vias urbanas, eliminação dos pontos de estrangulamento e melhor articulação entre o sistema viário urbano e as rodovias que cortam a sede municipal.

As oportunidades de trabalho ampliam-se e se diversificam. As sedes dos distritos e povoados recebem maior atenção por parte do poder público municipal e passam a oferecer melhores condições de vida às suas populações. O atendimento a Luzimangues passa a ser feito por meio de ações articuladas entre Porto Nacional e Palmas, com ganhos de qualidade.

Este Cenário prevê um crescimento populacional equilibrado, em razão da melhor capacidade de gestão e controle dos fluxos migratórios, harmonicamente distribuídos no território. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M – eleva-se e a qualidade de vida tende a melhorar progressivamente.

O Quadro, a seguir, relaciona as dimensões e atributos dos quatro cenários alternativos, para melhor percepção comparativa entre eles.

3.5. Quadro Comparativo dos atributos dos diferentes cenários

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Expansão Agrícola e Educacional	Cenário de Estagnação econômica e social	Cenário de Diversificação Econômica e Valorização Cultural
Econômica	Pequena produção de pequenos animais	Pequena produção de pequenos animais	Pequena produção de pequenos animais	Fortalecimento da pecuária de animais de pequeno porte
	Fruticultura em pequena escala nos assentamentos e pequenas propriedades.	Fruticultura em pequena escala nos assentamentos e pequenas propriedades.	Fruticultura não se estrutura pela pouca disponibilidade de recursos.	Exploração associativa fortalece a fruticultura.
	Atividades agropecuárias nos níveis atuais	Ampliação considerável das áreas de produção de grãos	Produção de grãos se retrai	Surgimento e fortalecimento da horticultura
				Consolidação como pólo abastecedor de hortifrutigranjeiros para Palmas e região
	Poucos investimentos no setor agrícola	Investimentos significativos na produção de grãos	Redução dos investimentos por perda de atratividade	Aumento dos investimentos financeiros pelo ganho de atratividade
		Começo de piscicultura com aproveitamento do potencial hídrico	Piscicultura restrita ao lago não se viabiliza pela baixa qualidade da água em função da eutrofização	Desenvolvimento da piscicultura com aproveitamento do potencial hídrico
	Parque agroindustrial não se expande, mantendo as empresas atuais	Surgimento de algumas agroindústrias ligadas à produção de grãos	Consolidação do Distrito Agroindustrial dificultada pela atratividade de Taquaralto.	Implantação de novas agroindústrias possibilita a verticalização da produção agrícola Implantação do pátio de carregamento da Ferrovia Norte-Sul atrai novos investimentos
	Turismo restrito à temporada de julho e aos finais de semana	Pouco avanço no desenvolvimento do turismo	Turismo restrito à temporada de julho e aos finais de semana	Estruturação do turismo rural e de natureza Exploração das possibilidades náuticas e turísticas do lago
	Comércio e construção civil com algum dinamismo	Construção civil e comércio mais dinâmicos pelo afluxo de professores e estudantes	Construção civil e comércio se enfraquecem pelo diminuição dos fluxos de estudantes e dos investimentos	Construção civil e comércio mais dinâmicos pelo afluxo de professores e estudantes e de novos empreendedores
	Setor de Serviços nos níveis	Setor de Serviços com alguma	Setor de Serviços enfraquecido	Setor de Serviços diversificado,

	atuais	diversificação		com qualidade
--	--------	----------------	--	---------------

continua

continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Expansão Agrícola e Educacional	Cenário de Estagnação econômica e social	Cenário de Diversificação Econômica e Valorização Cultural
Econômica	Oportunidades de trabalho permanecem nos níveis atuais	Pouco incremento de oportunidades de trabalho, em função da alta mecanização das lavouras.	Redução das oportunidades de trabalho	Ampliação das oportunidades de trabalho pela diversificação da economia
	Desemprego se mantém	Pequena redução do desemprego	Desemprego crescente	Desemprego em níveis aceitáveis
	Renda <i>per capita</i> insatisfatória	Renda <i>per capita</i> com pequena melhoria	Renda <i>per capita</i> reduzida	Renda <i>per capita</i> ampliada satisfatoriamente
	Arrecadação municipal insuficiente para os investimentos necessários	Arrecadação municipal com algum ganho, mas ainda insuficiente para os investimentos necessários.	Arrecadação municipal reduzida dificulta os investimentos necessários	Aumento da arrecadação municipal possibilita novos investimentos públicos
Social		Educação apresenta melhorias e começa a implantar o modelo de educação em tempo integral	Educação mantém os níveis atuais de atendimento	Educação ganha níveis de excelência adotando o modelo de educação em tempo integral
	Educação mantém os níveis atuais de atendimento	Ampliam-se os cursos superiores em diferentes áreas do conhecimento	A insuficiência de condições leva ao cancelamento de alguns cursos e à perda de credibilidade de outros	Consolidação como pólo educacional voltado para a vocação econômica da região
	Os cursos superiores continuam a funcionar em condições insatisfatórias	Surgem novos cursos técnicos voltados para as ciências agrárias e para as áreas de educação e saúde		Surgem novos cursos técnicos e tecnológicos voltados para as ciências agrárias e para as áreas de educação e saúde
	Os cursos da Escola Família Agrícola se viabilizam e ganham importância na região	Estabelecem-se parcerias com Palmas e com Natividade para atuação integrada e complementar na área da educação		Estabelecem-se parcerias com Palmas e com Natividade para atuação integrada e complementar na área da educação
	A cobertura e qualidade do atendimento curativa de saúde evoluem lentamente	A cobertura e qualidade do atendimento curativa de saúde melhoram	A qualidade dos serviços de saúde decresce pela falta de investimentos	Amplia-se a cobertura e qualidade do atendimento de saúde, com ênfase para a medicina preventiva

				Excelência no atendimento de saúde pela melhoria da rede física e das equipes de saúde
--	--	--	--	--

continua

continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Expansão agrícola e educacional	Cenário de Estagnação econômica e social	Cenário de Diversificação econômica e valorização cultural
Social	Novas oportunidades de esporte e lazer desenvolvidas com a conclusão das obras do Parque Olímpico	Novas oportunidades de esporte e lazer desenvolvidas com a conclusão das obras do Parque Olímpico e o aproveitamento do lago e sua orla	Oportunidades de esporte e lazer limitadas aos atuais equipamentos	Novas oportunidades de esporte e lazer desenvolvidas com o Parque Esportivo e o aproveitamento do lago e sua orla
		Aumento dos fluxos migratórios atraídos pela agricultura e pela educação		Controle dos fluxos migratórios permite o crescimento ordenado dos núcleos urbanos
	Pequena redução da segregação social entre os diferentes bairros	Maior redução da segregação social entre os diferentes bairros	Aumento da segregação social entre os diferentes bairros	Redução satisfatória da segregação social entre os diferentes bairros
	Atendimento às necessidades sociais dos distritos e povoados em níveis insatisfatórios	Atendimento às necessidades sociais dos distritos e povoados com alguma melhoria	Atendimento às necessidades sociais dos distritos e povoados em níveis insatisfatórios	Atendimento às necessidades sociais dos distritos e povoados em níveis satisfatórios
	Oportunidades de trabalho não se ampliam	Ampliação das oportunidades de trabalho na agricultura e educação	Redução das oportunidades de trabalho pela diversificação das atividades econômicas	Ampliação das oportunidades de trabalho pela diversificação das atividades econômicas
	Tradições locais e patrimônio cultural pouco valorizados	Tradições locais e valorização do patrimônio cultural podem comprometer-se	Resgate das tradições locais e valorização do patrimônio cultural	Resgate das tradições locais e valorização do patrimônio cultural
	Índice de Desenvolvimento Humano se mantém	Índice de Desenvolvimento Humano melhorado	Índice de Desenvolvimento Humano piorado	Índice de Desenvolvimento Humano melhorado
Físico-ambiental	Inicia-se um processo de regularização fundiária dos terrenos e parcelamentos	Inicia-se um processo de regularização fundiária dos terrenos e parcelamentos	Ausência de um processo de regularização fundiária dos terrenos e parcelamentos	Regularização fundiária dos terrenos e parcelamentos
	Parcelamentos irregulares coibidos	Parcelamentos irregulares coibidos	Novos parcelamentos irregulares	Parcelamentos irregulares coibidos
	Áreas de preservação	Áreas de preservação	Áreas de preservação	Áreas de preservação

	permanente ocupadas	permanente em processo de recuperação	permanente ocupadas	permanente não ocupadas e em recuperação
	Áreas degradadas sem recuperação ambiental	Áreas degradadas em processo de recuperação ambiental	Áreas degradadas, sem recuperação ambiental	Áreas degradadas em processo de recuperação ambiental
	Coleta do lixo na sede municipal, insuficiente	Coleta do lixo na sede municipal, feita regularmente	Coleta do lixo na sede municipal, insuficiente	Coleta do lixo na sede municipal, nos distritos e povoados feita regularmente.

continua

continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Expansão Agrícola e Educacional	Cenário de Estagnação econômica e social	Cenário de Diversificação Econômica e Valorização Cultural
Físico-ambiental	Disposição final de lixo da sede municipal resolvida com aterro sanitário definitivamente implantado	Disposição final de lixo da sede municipal, dos distritos e povoados resolvida com aterro sanitário definitivamente implantado	Disposição final de lixo da sede municipal resolvida com aterro sanitário definitivamente implantado	Disposição final de lixo da sede municipal, dos distritos e povoados resolvida com aterro sanitário definitivamente implantado.
Urbanística	Ausência de hierarquização do sistema viário urbano	Sistema viário urbano hierarquizado.	Ausência de hierarquização do sistema viário urbano.	Sistema viário urbano hierarquizado, e ciclovias construídas
	Circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais inadequada	Elaboração de projetos para melhoria das condições para a circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais	Circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais inadequada	Melhoria das condições para a circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais
	Abastecimento de água, da sede municipal e dos distritos resolvidos	Abastecimento de água, da sede municipal e dos distritos resolvidos	Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial da sede municipal nos padrões atuais.	Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial da sede municipal resolvidos.
	Mobiliário urbano insuficiente	Estudos e projetos para implantação de mobiliário urbano elaborados	Mobiliário urbano insuficiente	Distritos e povoados com abastecimento de água e esgoto sanitário
	Vias urbanas e espaços públicos com tratamento nos padrões atuais	Vias urbanas e espaços públicos em processo de recuperação.	Vias urbanas e espaços públicos com tratamento nos padrões atuais	Mobiliário urbano de qualidade e bem cuidado
				Vias urbanas e espaços públicos com tratamento adequado de piso, calçadas,

				iluminação pública e arborização
	Nomenclatura e sinalização das vias urbanas nos níveis atuais	Nomenclatura e sinalização das vias urbanas melhoradas	Nomenclatura e sinalização das vias urbanas iinsuficiente	Nomenclatura e sinalização das vias urbanas implantadas
	Poucas praças, jardins públicos e espaços verdes	Projetos de novas praças, jardins públicos e espaços verdes i	Poucas praças, jardins públicos e espaços verdes	Rede de praças, jardins públicos e espaços verdes implantada
	Equipamentos de esporte e lazer atualmente existentes	Equipamentos de esporte e lazer melhorados na sede municipal	Equipamentos de esporte e lazer atuais	Novos equipamentos de esporte e lazer implantados na sede municipal, distritos e povoados

continua

continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Expansão Agrícola e Educacional	Cenário de Estagnação Econômica e Social	Cenário de Diversificação econômica e valorização cultural
	Sedes dos distritos e povoados sem tratamento urbanístico e paisagístico	Desenvolvimento de projetos de tratamento urbanístico e paisagístico para os distritos e povoados	Sedes dos distritos e povoados sem tratamento urbanístico e paisagístico	Sedes dos distritos e povoados com tratamento urbanístico e paisagístico
	Limpeza urbana equacionada na sede municipal	Limpeza urbana equacionada na sede municipal, distritos e povoados	Limpeza urbana equacionada na sede municipal	Limpeza urbana equacionada na sede municipal, distritos e povoados
Institucional	Pouca capacidade de planejamento e gestão	Pequena ampliação da capacidade de planejamento e gestão	Capacidade de planejamento e gestão reduz-se ainda mais	Capacidade de planejamento e gestão ampliada satisfatoriamente
	Pequena melhoria na estrutura organizacional da Administração Municipal	Melhorias na estrutura organizacional da Administração Municipal avançam	Nenhuma melhoria na estrutura organizacional da Administração Municipal	Sistema de Planejamento e Gestão implementado
	Plano Diretor aprovado em início de implementação	Plano Diretor implementado sem monitoramento sistemático	Plano Diretor não implementado	Plano Diretor em implementação com monitoramento e avaliação sistemáticos
	Levantamento plani-altimétrico cadastral da sede municipal realizado	Levantamento plani-altimétrico cadastral da sede municipal realizado	Ausência de bases cartográficas e plantas cadastrais	Sistema de informações municipais implantado, incluindo Cadastro Técnico

				Multifinalitário.
	Integração entre as diferentes áreas da Administração insatisfatória	Boa integração entre as diferentes áreas da Administração	Integração entre as diferentes áreas da Administração insatisfatória	Boa integração entre as diferentes áreas da Administração
	Pouca capacidade de fiscalização efetiva nos diversos aspectos estabelecida	Capacidade de fiscalização efetiva estabelecida em alguns aspectos da Administração	Inexistência de capacidade de fiscalização efetiva	Capacidade de fiscalização efetiva nos diversos aspectos estabelecida.
	Fiscalização insuficiente das construções e das ocupações irregulares de terra	Fiscalização das construções e das ocupações irregulares de terra na sede municipal	Fiscalização das construções e das ocupações irregulares de terra não se efetiva	Fiscalização efetiva das construções e das ocupações irregulares de terra
	Relação funcionários públicos municipais – população atendida inadequada	Relação funcionários públicos municipais – população atendida tendendo a melhorar	Nenhuma relação funcionários públicos municipais – população atendida estabelecida	Relação funcionários públicos municipais – população atendida em níveis satisfatórios.
	Pouca capacitação das equipes para as funções públicas	Início de capacitação das equipes para as funções públicas	Nenhuma capacitação das equipes para as funções públicas	Capacitação das equipes para as funções públicas

continua

continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Expansão Agrícola e Educacional	Cenário de Estagnação Econômica e Social	Cenário de Diversificação econômica e valorização cultural
Institucional	Ausência do desenvolvimento local, integrado e sustentável, por bairros / distritos / povoados.	Início do processo de promoção do desenvolvimento local, integrado e sustentável.	Bairros, distritos e povoados não merecem atenção particularizada	Promoção do desenvolvimento local, integrado e sustentável, por bairros / distritos / povoados efetivada.
	Capacidade de arrecadação local e de controle das despesas públicas nos padrões atuais	Melhoria da capacidade de arrecadação local e de controle das despesas públicas	Ausência de capacidade de arrecadação local e de controle das despesas públicas	Melhoria da capacidade de arrecadação local e de controle das despesas públicas
	Articulação com outras esferas de governo nos níveis atuais	Articulação com outras esferas de governo começa a se ampliar	Articulação com outras esferas de governo reduzida	Articulação com outras esferas de governo ampliada
	Alguma integração com os municípios vizinhos	Amplia-se um pouco a integração com os municípios vizinhos	Integração com os municípios vizinhos insuficiente	Maior integração com os municípios vizinhos
	Interação insatisfatória entre o	Interação entre o Poder	Nenhuma interação entre o	Boa interação entre o Poder

	Poder Público e a sociedade	Público e a sociedade começa a se fortalecer	Poder Público e a sociedade	Público e a sociedade
	Estabelecimento de algumas parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento	Estabelecimento de parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento amplia-se gradativamente	Estabelecimento de parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento não se concretiza	Estabelecimento de parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento em níveis satisfatórios
	Pouca participação popular no processo de desenvolvimento	Participação popular amplia-se, sem chegar a níveis satisfatórios	Inexistência de participação popular no processo de desenvolvimento	Boa participação popular no processo de desenvolvimento